

DE MEDIAÇÕES e SUBALTERNIDADES: O LUGAR DE MIGUEL TORGA E MANUEL DA FONSECA

Francisco Ferreira de Lima

Universidade Estadual de Feira de Santana

A literatura sempre serviu a muitos senhores. Mas nunca a tantos como agora, nesses tempos de modernidade tardia, como prefiro chamá-los, com a ajuda de Anthony Giddens, caracterizados pela frustração das grandes promessas não realizadas pela Modernidade, que prometeu — mas não cumpriu — o paraíso na terra, onde todos poderiam realizar seu sonho de felicidade e abundância, independente do “ismo” de plantão, que todos, cada um a seu modo, garantiam vida farta, fosse o capitalismo, o socialismo, o comunismo, o anarquismo e ainda outros menos prestigiados. Por volta da segunda metade do século passado, cansados de esperar pela divisão do bolo, que cresceu muito para muito poucos, os excluídos da festança começaram a lutar em busca de sua própria fatia, aí incluída sua fatia de literatura. Nada mais de esperar pelos desfechos das grandes narrativas. A vida é aqui e agora, com as narrativas possíveis do mundo real, independente de quão artísticas elas sejam.

No campo que nos diz respeito, por exemplo, a tensão se instalou de vez. São tantos os modos de conceber literatura hoje em dia que boa parte da antiga comunidade leitora simplesmente se recusa a considerá-los, ao sentir seu território ameaçado por um conjunto de vozes nunca antes ouvido, por um conjunto de corpos nunca antes visto, por uma intensidade de desejo nunca antes pressentida em textos que se dizem e se querem literários – e não menos que isso. São negros, gays, lésbicas, índios, populações

periféricas, trabalhadores rurais, prisioneiros, e tantos outros grupos, que nem eu mesmo sei declinar, produzindo o que eles chamam de literatura para tratar de afirmação de identidade, de pertencimento, de visibilidade, sem se importar se tal prática atende a rigores canônicos ou se obedece a ditames da tradição ou segue a cartilha do que o mestre mandou.

Vozes secularmente silenciadas, os sem-literatura cansaram-se de ser apenas personagens, quase sempre secundários, para tornarem-se autores e fazer falar a voz de seus sofridos corações. Como que, de repente, tomaram papel e caneta da mão de seus representantes e começaram a representar a si próprios, eliminando a instância da mediação. Não mais personagens; autores.

Há quem torça o nariz para eles, com desprezo, acusando-os de serem os responsáveis pelo enterro da alta literatura, que nunca mais será a mesma depois da barbárie. Eu, pelo contrário, penso que a literatura está cada vez mais viva, pois, como diria Gilberto Gil acerca da música, de todas as formas de fazer literatura, eu prefiro todas. Que cresçam e floresçam, pois, essas outras formas de fazer literatura, que tudo cabe no banquete das palavras.

Isto posto, devo dizer que, embora atento ao fenômeno, me interessa, histórica e literariamente, a geração que, antes disso, chamou a si a responsabilidade da mediação, quando esses grupos ainda não tinham voz nem vez. Refiro-me a um Graciliano Ramos, a um Jorge Amado, a um Guimarães Rosa, a um Miguel Torga, a um Alves Redol, a um Manuel da Fonseca, e tantos outros que não cabem no espaço da comunicação. Porque, ousou afirmar com todas as letras, autores como eles viveram e escreveram apenas para isto: para dar voz a quem não a tinha. Para dar visibilidade a corpos invisíveis. Para dar humanidade a seres que mais pareciam animais, numa escrita

em que se fundiam ética e estética. Não tenho dúvida que estariam felizes com alguns poucos de seus personagens transformados agora em autores. Mas ainda há vastas multidões relegadas à invisibilidade e ao silêncio. E há mesmo aqueles, abaixo do rés-do-chão da vida, tão à margem de tudo, que já não se encaixam em nenhum grupo social. A sua subalternidade é tão espantosa que deles se poderia dizer que são subalternos dos subalternos. Enquanto houver homens assim, e os tempos correntes não parecem nada promissores em relação a eles, a literatura desses outros homens será necessária, oportuna e atual.

E é por isso que vou falar deles e de sua velha literatura, em vez dos novos e de suas novas literaturas, porque estas, pelo menos em parte, não seriam o que são sem aquelas. Sem o esforço desses homens, não hesito afirmá-lo, a diversidade que temos hoje em literatura não seria exatamente o que é, pois boa parte do que é deve-se ao compromisso desses autores com os esquecidos, desvalidos e deserdados do mundo, que só ganharam o estatuto de gente na mediação de sua escrita. Vou mostrar rapidamente a seguir como eles o faziam.

Por questão de tempo, vou ater-me apenas a dois autores portugueses, Miguel Torga e Manuel da Fonseca, para mostrar como ambos têm interesses convergentes, não obstante os modelos estéticos e ideológicos que defendiam. Aspecto que, aliás, manda por terra muitos dos clichês com que é tratado o Neorrealismo, na sua opção preferencial pelos pobres, opção que tanto incômodo causou (e ainda causa) a determinadas concepções literárias. Vistas de perto, as diferenças ideológicas praticamente se anulam, avultando a dimensão humana das personagens, que se esconde na aparência de um ladrão que vai roubar uma igreja ou de um bêbado que apesar de ter dinheiro não pode comprar um copo de vinho num clube de grãfinos. Imersas num mar

de pobreza, que os empurra para soluções extremas, as personagens de Torga e de Fonseca estão sempre no limite entre instinto e razão. Encher a barriga é o que os move, mas a par disso move-os os mais complexos sentimentos humanos de alívio e culpa, de coragem e medo, de egoísmo e solidariedade, de bondade e crueldade, enfim humanos, demasiado humanos.

É isso que se pode ver, por exemplo, no conto “Um roubo” de Torga. Faustino, apesar do nome, é dos sujeitos mais azarados do mundo. O tempo é de inverno rigoroso, com a fome batendo à porta. As possibilidades são poucas. Na aldeia, o único habitante com dinheiro é Albertino; mas, diz o narrador, além de forte como um touro, dorme abraçado a uma espingarda de grosso calibre. A incursão por aldeias vizinhas não é bom projeto, pois ainda estão vivas as marcas das cinco costelas quebradas numa dessas tentativas, além dos dias de cadeia que sofreu em outra, quando teve que ouvir do delegado que, se ali voltasse, seria de imediato encaminhado para a Penitenciária, de onde nunca mais sairia.

Já pensara, vencido todos os escrúpulos de bom cristão, em assaltar a capela da Senhora Saúde, mas a mulher que, diante das dificuldades, já se conformara em ter um marido ladrão, achou que era ir longe demais. E o dissuadiu. Contudo, numa noite de desespero, “depois de um caldo que nem a cães”, e a mulher, “sem migalha de pão na arca e sem pinga de azeite na almotolia”, como informa o narrador, o projeto voltou com força à mente de Faustino, que, após um longo mergulho em si, acabou — chamemos outra vez o narrador — “por semear a boa semente na terra podre dos últimos escrúpulos”.

A mulher, ainda com o resto de escrúpulos que Faustino já vencera, reagiu mais uma vez: que não, que era ultrapassar a fronteira final, onde o limite do humano confina

com o da besta. Mas Faustino já não lhe deu ouvidos. E a mulher, incapaz de persuadir o marido, recolheu-se a si mesma, o olhar vazio, como se já não estivesse mais ali. Sozinho, Faustino decidiu-se pelo assalto, impulsionado pelas contas que fizera. A julgar por elas, as doações feitas pelos fiéis, montariam à casa dos cem mil réis, dinheiro que garantiria a sobrevivência do casal por todo o inverno.

A noite era de horror: “o temporal bramia pela aldeia fora. Ouvia-se a nortada a pregar nos braços do castanheiro e as bâtegas a cair nas estrumeiras encharcadas. Um toró de repassar fragas” (Torga, 1996: 30). Lutando, pois, contra dois horrores, o de fora e o de dentro, um em recíproca extensão do outro, Faustino seguiu. Bem que podia ter aprendido com o trágico sinal que recebeu ao passar ao lado da cova de Joaquim Teodoro, malandro das cartas, assassinado por uma de suas vítimas, cansada de ser roubada por ele em mesas de jogo. Mas a fome falava mais alto que a prudência.

A capela como que esperava por ele. Sem trancas na porta, não foi difícil chegar ao seu interior. E sem perda de tempo, que o olhar dos santos parecia condená-lo, foi direto à caixa de esmolos. Para seu desespero, entretanto, não havia ali um único vintém. Se outro ladrão não tivesse chegado antes dele, só podia ser coisa do avaro do Padre Bento. Perdido por um pecado, perdido por mil. Era — o sacrilégio está até mesmo no nome — verificar o sacrário, a Senhora haveria de compreender. Mas nada no sacrário também. Nem na sacristia. Nem em qualquer outro lugar. O desespero tomou conta de Faustino, que blasfemou contra céus e terras diante de tamanha injustiça com um pobre, que nem ali encontrava o mínimo necessário para seguir vivendo. Que deuses e santos e anjos são esses afinal? E Faustino só tinha como resposta a mudez impassível das imagens. Que, de espantadas no começo, diante de tamanha ousadia,

agora pareciam apiedadas de tanto infortúnio. Entre raiva e humilhação, resta a Faustino fazer o caminho de volta a casa.

Como se o castigo já houvesse começado, “o temporal redobrou de fúria. A atravessar o adro (...) é que via bem como a escuridão era cerrada e como a chuva lhe trespassava o corpo” (Torga,1996:35). Invaso pelo horror de fora, como se paisagem e ator fossem uma só coisa, já quase pela manhã, conseguiu chegar a casa. Envergonhado, frustrado, culpado, nem se dirigiu à mulher, que permanecia do mesmo modo quando partiu, sem ainda ter regressado a si, se é que isso ainda fosse ocorrer. Como se não a visse, meteu-se na cama, batendo os dentes de frio.

Seis dias de febre depois, estava desenganado. Se, como diz o narrador, já não se podia salvar o corpo, que pelos menos se salvasse a alma do infeliz. E é o que o padre Bento é chamado a fazer. Na sua bonomia, dirige-se ao moribundo. Mas é recebido aos gritos de “ladrão”, “prenda-se o ladrão”, por Faustino, que, no delírio da febre, reconstruía ao seu modo um novo lugar para si na injusta ordem do mundo.

Não é diferente o que Manuel da Fonseca faz em “Névoa” um dos mais tocantes contos de *Aldeia Nova*. Zé Limão é o bêbado oficial da aldeia, o “outro” no qual a pequena vila expia sua baixeza. As pessoas gostam de vê-lo bêbado, por isso lhe pagam grandes quantidades de vinho. E ele aceita. E bebe até cair. E a aldeia se deleita e goza e ri de sua abjeção — dele e dela bem entendido. Quando não há quem o queira ver bêbado, que a aldeia também tem outros afazeres, ele invade a primeira taberna que encontra pela frente e bebe do primeiro copo que acha, sem se dar ao trabalho de perguntar de quem é. O resultado, quase sempre, é uma boa surra, que o “outro” é também o saco de pancada da comunidade. Mas Zé Limão, num estoicismo radical, diz o narrador, aceita “tudo com a mesma indiferença, pancadas ou esmolos”.

Na sua posição social, tal como o pária indiano, não lhe cabe dirigir a palavra a ninguém, sob pena de misturar lugares sociais definitivamente demarcados. No máximo, lhe é autorizado o direito de ouvir. À distância, claro. Que ele, de qualquer modo, aproveita gulosamente, encenando uma humanidade que já não tem. A conversa, ou os falantes, é o que menos importa: “durante horas seguidas escutava qualquer grupo sentado no largo (...). Os seus olhos abriam-se numa atenção de desvairado, rindo despropositadamente, apoiando frases, de dedo estendido.” (Fonseca, 1978:111). Mas, excluído do mundo, a conversa fundamental de Zé Limão era consigo próprio. Ele e sua multidão de fantasmas: “ao caminhar pelas ruas, havia nele um constante monólogo interior. Só os gestos e o inclinar repetido da cabeça traíam, ao de leve, aquelas cenas imaginadas não se sabe com quem.” (Fonseca, 1978:111). E assim Zé Limão vai vivendo sua vida na aldeia e a aldeia vivendo a sua na vida de Zé limão. Ambos imprescindíveis um ao outro.

Numa noite fria, em que a névoa transforma tudo em fantasmagoria, Zé Limão acorda de mais uma longa e penosa ressaca. Todos, mesmo os que vivem de rir as suas custas, saciados do espetáculo bizarro oferecido pelo bêbado, já lhe voltaram as costas. Agora a paisagem é a vila deserta, a névoa e Zé Limão, atormentado por fome e sede. Nenhuma taberna aberta para um copo e um pedaço de pão, ou um ou outro, ou o primeiro, de preferência. Sem alternativa, Zé Limão pouco a pouco desaparece na espessura da névoa, como se se diluísse nela. E tudo é silêncio na noite fria. Tal como no conto de Torga, paisagem e ator fundem-se, como diria aquele poeta famoso, numa vasta e tenebrosa unidade.

Mas a humilhação de Zé Limão havia que conhecer novos limites. Com uma moeda na mão, conseguida mais pelo terror infundido no transeunte que por

generosidade, ensandecido por comida e bebida, encontra finalmente uma porta aberta. É a do clube da aldeia, frequentado pelos poderosos, que se divertem à larga, como se a vida se resumisse a beber e comer.

Surpreendidos pela ousadia do bêbado, que se atreve a profanar tal recinto, os frequentadores o enxotam como a um cão, sem sequer ouvir seus apelos de que não estar a pedir, pois tem dinheiro para comprar, para Zé Limão, uma diferença significativa, pois implicava dignidade e cidadania. A possibilidade de ser visto como gente. Mas, infelizmente, não era, óbvio, essa a questão, que ali ninguém precisava de dinheiro — do dinheiro de Zé Limão, claro.

Também surpreso, sem entender porque seu dinheiro não vale como tal, Zé Limão desaparece de novo no nevoeiro, num misto de desespero, ódio e incompreensão. Sua primeira atitude é livrar-se do dinheiro, já que, no seu caso, não serve para o que se destina, que é comprar, o que o exclui completamente de qualquer relação social, mínima que seja. Atordoado, prisioneiro da névoa real e da que lhe vai na alma, tropeça na borda de um poço. Sem forças, deixa-se ficar, com o estômago encostado à parede, e então uma quenturinha gostosa, parecida com o gosto de vinho ou de comida quente, o invade, e ele fica em paz. E quer mais, e assim se ajeita melhor para melhor sonhar. E ao se ajeitar, vai deslizando, deslizando...

Voltando ao começo, para findar: novos meios e modos de literatura, sim. Que todas as vozes subalternas se façam ouvir. Mas sem os Torgas e os FONSECAS, de ontem e de hoje e de sempre, porque não há mais ninguém a falar por eles, nunca saberíamos desses homens como Faustino e Zé Limão e suas humanidades plenas no fundo dos poços — literais e simbólicos.

Referências:

FONSECA, Manuel da. *Aldeia Nova*. Lisboa: Forja, 1978.

GIDDENS, Anthony. *Identidade e Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

TORGA, Miguel. *Contos da montanha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.